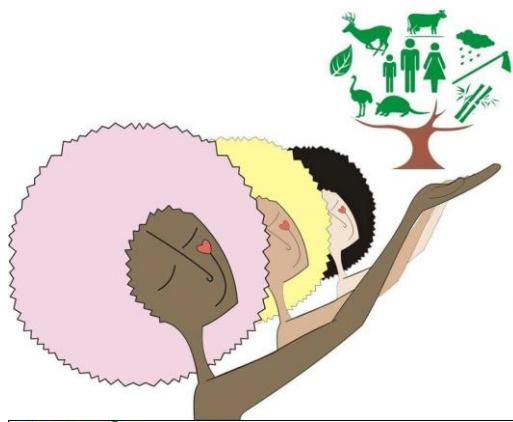


PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO DO TERRITÓRIO BACIA DO RIO CORRENTE



SANTA MARIA DA VITÓRIA – BA

2016

**COLEGIADO DE DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO DA BACIA DO RIO
CORRENTE - CODETER**

**PLANO TERRITORIAL DE
DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO DO
TERRITÓRIO DA BACIA DO RIO CORRENTE**

BAHIA
2ª EDIÇÃO – NOVEMBRO DE 2016

PARCERIA NA QUALIFICAÇÃO DO PLANO

Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq

Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia - SEPLAN

Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado da Bahia – SDR

Coordenação Estadual dos Territórios – CET

Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Território da Bacia do Rio Corrente – NEDET Território da Bacia do Rio Corrente

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – IF Baiano

INSTÂNCIAS TERRITORIAIS

Colegiado de Desenvolvimento do Território da Bacia do Rio Corrente - CODETER
Núcleo Diretivo do CODETER do Território da Bacia do Rio Corrente
Grupo Técnico em Agricultura Familiar e Reforma Agrária
Grupo Técnico em Políticas para as Mulheres
Grupo Técnico em Cultura e Arte
Grupo Técnico Políticas para os Jovens

ASSESSORIA

Jefferson Oliveira de Sá – Coordenador/NEDET
Ludgero Rego Barros Neto – Assessor Territorial Gestão Produtiva/NEDET
Manoel Rocha de Oliveira – Assessor Territorial de Gestão Social/NEDET
Guiomar de Souza Santana – Assessora de Gênero/NEDET
Scheila Souza Neves – Estagiária/NEDET

COORDENADOR GERAL DO CODETER

João Trajano Oliveira da Silva

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	1
CAPITULO I – DIAGNÓSTICO DO TERRITÓRIO	3
CAPITULO II – MATRIZ DE OBJETIVOS, ESTRATÉGIAS E METAS	25
CAPITULO III - GESTÃO, ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DO PTDRSS	32
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	35
APÊNDICE	36

APRESENTAÇÃO

O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - PTDRSS do Território Bacia do Rio Corrente – TBRC é um instrumento de planejamento de longo prazo e de suporte para a gestão do desenvolvimento do Território de Identidade no Estado da Bahia. Ele foi elaborado de forma democrática e participativa com amplo protagonismo dos Colegiados Territoriais, apoiados por equipes externas de assessoria, como a Secretaria de Desenvolvimento Rural da Bahia - SDR e o Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Território da Bacia do Rio Corrente – NEDET, formado a partir do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – *Campus Bom Jesus da Lapa*, com apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico – CNPq.

Segundo o MDA, Território se define como um espaço extenso e geograficamente definido, genericamente contínuo, compreendendo ambientes urbanos e rurais, particularizados por critérios multidimensionais, tais como o habitat, a sociedade, a política, a economia, a cultura, as instituições organizadas e os vários grupos sociais que compõem a população, além da forma específica deles se relacionarem.

O presente documento apresentará um diagnóstico do TBRC, por meio do levantamento de informações básicas relevantes acerca do Território, como os elementos centrais que conformam a sua identidade, origem, as populações originárias, o processo de ocupação, aspectos culturais marcantes e fatos históricos relevantes. Também serão apresentados dados sobre os aspectos físicos, ambientais, populacionais e socioeconômicos, além de resultados relacionados com o Desenvolvimento Sustentável do Território por meio de diferentes dimensões como: Socioeconômica; Sociocultural Educacional; Ambiental e Político Institucional.

A elaboração de uma nova versão dos Planos Territoriais decorre da necessidade de atualização desses instrumentos e ajuste às orientações da II Conferência Nacional de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável e Solidário - CNDRSS realizada em 2013 e em conformidade com a resolução

nº. 100 de 22/12/2014 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF.

A metodologia utilizada para a elaboração do referido plano, levou em consideração a dinâmica e singularidade organizacional do Território, fazendo-se o levantamento e análise das informações secundárias gerais organizadas em banco de dados territorial, bem como o levantamento e análises das informações secundárias existentes nos órgãos públicos e por meio dos dados diagnósticos elaborados pela equipe do NEDET, Grupos Técnicos (GT) e Núcleo Diretivo do TBRC. Posteriormente o documento base foi apresentado pelo Núcleo Diretivo do Colegiado, com apoio dos assessores à Plenária do Colegiado Territorial e convidados de maneira objetiva para as contribuições e ajustes necessários, os quais foram realizados por meio de debates internos no prazo de 30 dias. Após esse prazo, houve a sistematização das contribuições e elaboração do documento final que foi submetido à Plenária para aprovação.

Visando o crescimento integrado do Território da Bacia do Rio Corrente e da Bahia, o atual Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável Solidário – PTDRSS pretende ser o instrumento básico na orientação das estratégias e gerência territorial, a partir da implementação de programas e projetos que viabilizem o desenvolvimento sustentável da região.

CAPITULO I – DIAGNÓSTICO DO TERRITÓRIO

A organização do Território da Bacia do Rio Corrente – TBRC iniciou-se em fevereiro de 2004. Os 11 municípios que o compõem estavam incluídos no Território do Oeste, atualmente chamado de Território do Rio Grande. Segundo demarcação do MDA, a região Oeste da Bahia seria apenas um Território. As discussões iniciais em prol da identificação e constituição desse Território aconteceram no mesmo ano, quando lideranças da região participaram de reuniões para discussão referente ao processo de articulação territorial, na cidade de Salvador. Em abril de 2004, membros da sociedade civil e do Poder Público reuniram-se em Santa Maria da Vitória, na sede do STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais, objetivando a demarcação do futuro Território. Neste evento ficou claro o anseio dos atores sociais em formar um espaço em que a identidade sociocultural e econômica fosse reconhecida por meio das organizações já existentes (PTDS, 2010).

A partir de 2007, o governo estadual passou a reconhecer a existência dos Territórios da Identidade na Bahia como unidades de planejamento. Tal fato oportunizou uma maior amplitude nos debates acerca das políticas públicas. A Bahia é o primeiro Estado da Federação que tem demonstrados avanços significativos quanto à Política de Desenvolvimento Territorial.

Esta mesma lei homologa os colegiados dos territórios de identidade da Bahia, tarefa que vem sendo intensificada a partir de 2015.

Atualmente o TBRC conta em seu Colegiado com 46 participantes, sendo 32 da Sociedade Civil e 14 do Poder Público e ainda com a colaboração de quatro Grupos Técnicos: Agricultura Familiar e Reforma Agrária; Política para as Mulheres; Cultura e Jovens.

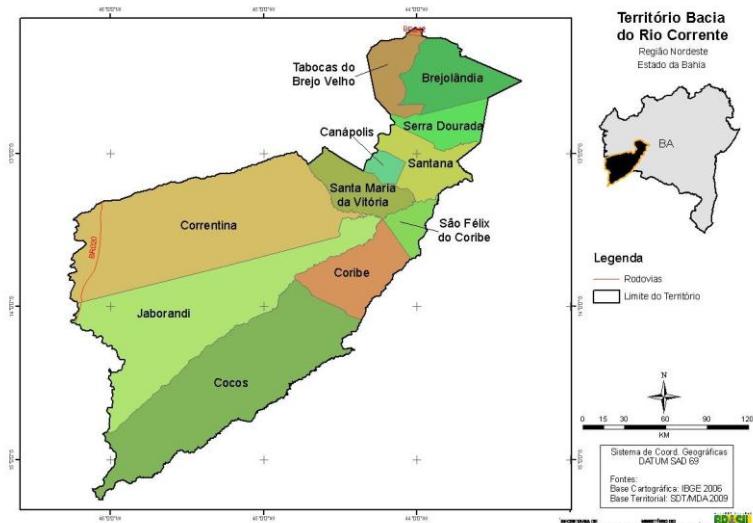


Figura 1. Mapa do TBRC, representando os municípios que o compõe. Fonte: Base Cartográfica IBGE (2006) e Base Territorial SDT/MDA (2009).

O TBRC situa-se na região Oeste da Bahia, está localizado em uma das extremidades do Estado, limitando-se ao Sul com a Bacia do Rio Carinhanha (divisa com Minas Gerais), ao norte com a bacia do Rio Grande, a leste com os municípios de Muquém do São Francisco; Sítio do Mato; Serra do Ramalho e Carinhanha e a Oeste com a bacia do Rio Tocantins, limite da divisa entre os estados da Bahia e de Goiás (Figura 1). O Território da Bacia do Rio Corrente é o 23º Território de Identidade do Estado da Bahia e está a 930 km de Salvador (PTDS, 2010).

É formado por 11 municípios, sendo eles: Santa Maria da Vitória, Brejolândia, Canápolis, Cocos, Coribe, Correntina, Jaborandi, Santana, São Felix do Coribe, Serra Dourada e Tabocas do Brejo Velho, e está localizado na Região Oeste do Estado da Bahia, com área total de 44.813,35 km² e com uma população total de 200.819 habitantes (IBGE 2010). Representa 8% da dimensão territorial da Bahia e tem Correntina e Canápolis como os municípios de maiores e menores áreas respectivamente (Quadro 1).

Quadro 1. Dimensão territorial e número de habitantes dos municípios do TBRC.

Municípios do TBRC	Área (km ²)	Nº de Habitantes	Densidade demográfica (hab./km ²)
Brejolândia	2.744,72	11.077	3,9
Canápolis	437,22	9.410	23,2
Cocos	10.227,37	18.153	1,9
Coribe	2.478,51	14.307	6,0
Correntina	11.921,68	31.249	2,8
Jaborandi	9.545,13	8.973	1,0
Santa Maria da Vitória	1.966,84	40.309	21,3
Santana	1.820,17	24.750	15,0
São Félix do Coribe	949,34	13.048	16,5
Serra Dourada	1.346,63	18.112	13,7
Tabocas do Brejo Velho	1.375,74	11.431	9,5
Total	44.813,35	200.819	4,48

Fonte: IBGE (2010).

O clima do Território da Bacia do Rio Corrente é seco, subúmido e semiárido. Existem duas estações bem definidas: uma estação chuvosa, com períodos que perduram de 4 a 5 meses (entre outubro e março); outra estação da seca, que traz o período de estiagem no restante do ano. A pluviosidade média varia entre 500 a 1.200 mm por ano, com chuvas muito irregulares. Observa-se que a partir da última década do século XX, as chuvas têm diminuído consideravelmente nessa região (PTDS, 2010).

No TBRC, verifica-se a predominância das seguintes classes de solos; latossolos vermelho-amarelo, cambissolos e areias quartzosas. Além destes, entretanto em menor quantidade, existem latossolos vermelho-escuro podzólico, vermelho-amarelo eutrófico, vertissolo, solos litólicos, solos aluviais e solos hidromórficos gleizados (PTDS, 2010).

Em termos de bacias hidrográficas, limita-se ao Sul com a bacia do Rio Carinhanha (divisa com Minas Gerais), ao norte com a Bacia do Rio Grande, a leste com o Rio São Francisco e a oeste com a Bacia do Rio Tocantins, sendo esse o limite da divisa do estado da Bahia com o de Goiás. A área total da Bacia Hidrográfica do Rio Corrente compreende os 11 municípios do TBRC mais os Municípios de Serra do Ramalho, Sítio do Mato, Feira da Mata, Carinhanha, Baianópolis, São Desidério, Muquém do São Francisco e Bom Jesus da Lapa.

O Território é compreendido por oito micro bacias hidrográficas: Riacho da Pedra Branca; Corrente; do Meio; Arrojado; Formoso; Riacho do Brejo Velho; Riacho da Serra Dourada e Riacho das Pitubas, que se constituem em unidades naturais de planejamento agropecuário e ambiental (PTDS, 2010).

Pode-se afirmar que o Território do Corrente é dividido por duas regiões distintas uma representada pela Região dos Gerais (Cerrado) com as cidades de Correntina, Jaborandi e Cocos e a outra região de Transição da Caatinga para o Cerrado, formada pelos Municípios de Santana, Brejolândia, Santa Maria da Vitoria, Canápolis, Tabocas do Brejo Velho, Serra Dourada, Coribe e São Felix do Coribe. Dos 11 municípios do Território do Corrente somente sete estão reconhecidos como região do Semiárido, sendo os Municípios de Santana, Coribe, Serra Dourada, São Felix do Coribe, Brejolândia, Tabocas do Brejo Velho e Cocos. Além disso, foram definidas três categorias de áreas antropizadas: Pastagens, Agricultura e Reflorestamento.

A flora e a fauna apresentam-se diversificadas, com a ocorrência de espécies comuns aos ecossistemas limítrofes. A extinção de espécimes da flora e fauna em todo o vale da Bacia do Rio Corrente é um dado relevante e preocupante. Espécimes como Pau-pintado, Barriguda Lisa, Cedro, Pau Branco, Aroeira, Jacarandá, Capinaçú, Coração de Nego e da flora medicinal como Unha-Danta, Quina, Barbatimão, Caroba, Angico e Mesquinha, entre outras.

As espécies da flora local, ameaçadas de extinção, tradicionalmente são a aroeira, barauá, gonçalo-alves e cipó escada-de-macaco. Atualmente, outras espécies encontram-se em perigo, tais como: Pequi, Cedro, Barriguda, Jacarandá, Malvão, Peroba e Jatobá, o que aumenta o conjunto de espécies ameaçadas (PTDS, 2010).

Com relação a fauna regional há destaque para Onça, Jaguatirica, Suçuarana, Capivara, Paca, Caititú, Queixada, Veado, Cutia, Tatu Canastra, Lobo Guará, Raposa, Gato do Mato, Maracajá, Tamanduá, Jacaré, Sucuri, Lontra e Garça. Pássaros como Marreco, Jacu, Ema, Seriema, Papagaio e Arara, Curió, Zabelê, Pintassilgo e Pomba Verdadeira (PTDS, 2010).

Os impactos ambientais relevantes são: a degradação das nascentes e veredas; desmatamento de extensas áreas de cerrado, veredas, florestas de

galeria sem critérios preservacionistas; comprometimento da camada superficial e aceleração do processo erosivo; alteração do relevo; assoreamento dos rios; desnudação prolongada dos solos; destruição da flora e fauna; redução da capacidade produtiva da terra; proliferação de pragas; compactação do solo; perda de solo fertilizado; descaracterização da vegetação; destruição das cabeceiras dos rios; uso indevido das águas; riscos de contaminação das águas dos rios, lençol freático e alimentos; disseminação de doenças; desmatamento da vegetação nativa e danos à fauna (PTDS, 2010).

A população atual do Território da Bacia do Rio Corrente é de 200.819 habitantes, sendo 93.386 residentes na zona urbana e 107.433 na zona rural (IBGE 2010). Entre os anos de 2000 e 2010, sua taxa de crescimento demográfico foi de 0,47%. Com relação à população rural, houve uma redução de 8,5%. O número de habitantes da zona rural é maior na maioria dos municípios do TBRC, exceto nos municípios de Santa Maria da Vitória, Santana e São Félix do Coribe (IBGE, 2010) (Quadro 2).

Quadro 2. Distribuição dos habitantes na zona urbana e rural nos municípios do TBRC.

Municípios do TBRC	População Urbana (hab.)	População Rural (hab.)	Urbanização
Brejolândia	1.984	9.093	17,9%
Canápolis	3.225	6.185	34,3%
Cocos	8.572	9.581	47,2%
Coribe	6.141	8.166	42,9%
Correntina	12.604	18.645	40,3%
Jaborandi	3.040	5.933	33,9%
Santa Maria da Vitória	23.816	16.493	59,1%
Santana	13.483	11.267	54,5%
São Félix do Coribe	10.587	2.461	81,1%
Serra Dourada	6.002	12.110	33,1%
Tabocas do Brejo Velho	3.932	7.499	34,4%
Total	93.386	107.433	46,5%

Fonte: IBGE (2010).

Em relação à população do TBRC observa-se que existe um maior número de homens em todos os municípios que compõe o TBRC totalizando 50,87% do número total de habitantes (Quadro 3).

Quadro 3. Distribuição dos habitantes do TBRC segundo sexo.

Municípios do TBRC	Homens (hab.)	Mulheres (hab.)
Brejolândia	5.798	5.279
Canápolis	4.808	4.602
Côcos	9.303	8.850
Coribe	7.199	7.108
Correntina	15.763	15.486
Jaborandi	4.660	4.313
Santa Maria da Vitória	20.337	19.972
Santana	12.551	12.199
São Félix do Coribe	6.536	6.512
Serra Dourada	9.243	8.869
Tabocas do Brejo Velho	5.939	5.492
Total	102.137	98.682

Fonte: SEI/IBGE (2010).

A distribuição dos habitantes do TBRC em relação a faixa etária demonstra a predominância da faixa etária que vai de 15 a 64 anos, o que corresponde a 64,59% da população do TBRC, sendo o número de jovens de 0 a 14 anos superior ao número de idosos acima de 64 anos de idade (Quadro 4).

Quadro 4. Distribuição dos habitantes do TBRC segundo faixa etária.

Municípios do TBRC	0 a 14 anos	15 a 64 anos	Acima de 64
Brejolândia	2.739	7.321	1.017
Canápolis	2.757	5.833	820
Cocos	4.954	11.579	1.620
Coribe	3.684	9.274	1.349
Correntina	8.511	20.222	2.516
Jaborandi	2.151	6.027	795
Santa Maria da Vitória	10.941	26.092	3.276
Santana	6.483	15.856	2.411
São Félix do Coribe	3.738	8.427	883
Serra Dourada	4.659	11.792	1.661
Tabocas do Brejo Velho	3.100	7.284	1.047
Total	53.717	129.707	17.395

Fonte: IBGE/SEI (2010).

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) avançou entre os anos de 2000 e 2010, esse índice indica uma medida importante para avaliar a qualidade de vida e o desenvolvimento econômico da população de um município. Dentre os municípios do TBRC o Município de Canápolis é o que apresentou o menor IDHM no censo do IBGE no ano de 2010. Em

contrapartida o Município de São Felix do Coribe apresentou o maior IDHM (Quadro 5).

O Índice de Gini é uma medida de desigualdade, que mede o grau de concentração de renda. Esse índice varia de 0 a 1, sendo 1 o grau máximo de concentração de renda. Observa-se que no TBRC houve uma redução da concentração de renda entre os anos de 2000 e 2010, exceto no Município de Jaborandi, onde o índice permaneceu estável (Quadro 5).

Segundo dados do IBGE 2010, apesar de apresentar o maior PIB do TBRC o Município de Correntina apresenta o maior percentual de vulneráveis à pobreza, isso indica uma alta concentração de renda do agronegócio na região do Rosário, localizada aproximadamente a 300 km da sede. No entanto o Município de Brejolândia apresenta o menor percentual de vulneráveis a pobreza dentre os municípios do TBRC (Quadro 5).

Quadro 5. Indicadores Socioeconômicos nos anos de 2000 e 2010: Índice de desenvolvimento Humano Municipal -IDHM e Índice de Gini dos municípios do TBRC.

Municípios do TBRC	IDHM		Índice de Gini		Vulneráveis à pobreza 2010
	2000	2010	2000	2010	
Brejolândia	0,414	0,592	0,57	0,56	79,32%
Canápolis	0,435	0,565	0,60	0,49	83,79%
Cocos	0,413	0,596	0,61	0,56	80,97%
Coribe	0,397	0,600	0,61	0,58	81,12%
Correntina	0,442	0,603	0,60	0,58	89,40%
Jaborandi	0,374	0,613	0,62	0,62	87,52%
Santa Maria da Vitória	0,449	0,614	0,64	0,54	87,28%
Santana	0,471	0,608	0,62	0,54	78,11%
São Félix do Coribe	0,462	0,639	0,56	0,50	79,59%
Serra Dourada	0,436	0,608	0,60	0,51	88,60%
Tabocas do Brejo Velho	0,446	0,584	0,59	0,54	83,80%
Total	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE (2010).

Os indicadores socioeconômicos educacionais do ano de 2010 demonstram que o Município de Coribe apresentou a maior taxa de analfabetismo, sendo São Felix do Coribe o município com as menores taxas (Quadro 6). São Felix do Coribe é o segundo menor município do TBRC, sendo o município mais urbanizado, além de localizar-se próximo a Santa Maria da Vitória, que é o segundo município mais urbanizado do TBRC (Quadro 6).

Quadro 6. Indicadores Socioeconômicos no ano de 2010: Nota da prova IDEB, Taxa de analfabetismo e Renda per capita por município do TBRC.

Municípios do TBRC	IDEB	Taxa de Analfabetismo	Renda per capita (R\$)
Brejolândia	-	23,2%	261,14
Canápolis	3,60	30,4%	270,05
Cocos	4,70	24,4%	366,33
Coribe	3,90	30,5%	263,24
Correntina	3,90	23,2%	238,18
Jaborandi	5,30	25,3%	249,32
Santa Maria da Vitória	4,20	22,8%	267,88
Santana	4,00	25,5%	318,31
São Félix do Coribe	4,30	17,8%	299,65
Serra Dourada	3,90	24,1%	216,59
Tabocas do Brejo Velho	3,80	28,5%	220,67
Bahia	4,2	16,3%	-

Fonte: SEI/Anuário Estatístico da Bahia (2013).

A maioria das instituições de ensino nos diversos níveis é pública, sendo 277 pré-escolas, 319 do Ensino Fundamental e 17 do Ensino Médio (Quadro 7). No Território existe apenas uma única escola de nível superior pública, a Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB, sendo a Instituição de Ensino Superior mais próxima do território, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, localizado no Município de Bom Jesus da Lapa, no Território de Identidade do Velho Chico.

Existe no Território uma escola Técnica Pública (CETEP) no Município de Santa Maria da Vitória e três Escolas Famílias Agrícola (EFAs) nos Municípios de Correntina, Santana e Tabocas do Brejo Velho (Brejolândia).

O TBRC apresenta três Instituições Privadas de Curso Superior na modalidade de Ensino a Distância (EAD).

Quadro 7. Distribuição de Instituição de ensino no TBRC.

Municípios do TBRC	Pré-escola		Fundamental		Médio		Superior	
	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada
Brejolândia	14	0	16	0	1	0	0	0
Canápolis	21	0	25	0	1	0	0	0
Cocos	32	0	36	0	1	0	0	0
Coribe	8	1	18	1	1	0	0	0
Correntina	33	3	34	3	4	1	0	0
Jaborandi	4	0	6	0	1	0	0	0

Santa Maria da Vitória	54	3	62	3	2	2	1	3
Santana	31	3	34	2	2	2	0	0
São Félix do Coribe	9	2	11	2	1	0	0	0
Serra Dourada	35	1	37	1	2	0	0	0
Tabocas do Brejo Velho	36	0	40	0	1	0	0	0
Total	277	13	319	12	17	5	1	0

Fonte: SEI/Anuário Estatístico da Bahia (2013).

O Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios do TBRC, que é a soma de todos os serviços e bens produzidos num período, demonstra uma maior participação do setor de comércio e serviços na maioria dos municípios, exceto no Município de jaborandi, que apresenta a maior distribuição do PIB no setor agropecuário. O Município de Correntina apresenta o maior PIB do território, sendo Canápolis o município com menor PIB (Quadro 8).

Quadro 8. Produto Interno Bruto – PIB e participação dos setores (Agropecuária, Indústria, Comércio e serviços) na atividade econômica no ano de 2013.

Municípios do TBRC	PIB (R\$ milhões)	Agropecuária	Indústria	Comércio e Serviços
Brejolândia	62,6	41,2%	2,4%	56,5%
Canápolis	51,2	18,4%	6,3%	75,4%
Cocos	191,2	44,5%	4,6%	50,9%
Coribe	87,1	29,8%	2,4%	67,8%
Correntina	1.093,3	44,1%	4,9%	51%
Jaborandi	298,5	68,2%	5,8%	26%
Santa Maria da Vitória	319,9	9,1%	7,9%	83%
Santana	190,7	26,6%	7,2%	66,2%
São Félix do Coribe	108,5	21,2%	6,4%	72,3%
Serra Dourada	110,1	26,3%	6,7%	67%
Tabocas do Brejo Velho	65,8	19,8%	3,7%	76,5%

Fonte: IBGE/SEI(2013).

Os dados da Agricultura Familiar demonstram que 63.473 habitantes do TBRC, o que corresponde a 31,6% da população, tem ocupação na Agricultura Familiar, nos 20.317 estabelecimentos agropecuários do Território (Quadro 9).

Quadro 9. Dados da Agricultura familiar: Número de estabelecimentos da Agricultura Familiar, Pessoal Ocupado na Agricultura Familiar, Emissão de Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP e Valores do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF.

Municípios do TBRC	Nº de Estabelecimentos	Pessoal Ocupado	DAP Pessoa Física	PRONAF (R\$)
Brejolândia	1.755	4.631	1.391	1.922.647,52
Canápolis	1.825	5.316	1.010	1.174.915,35
Cocos	1.247	3.418	954	813.937,25
Coribe	1.674	5.405	1.851	2.331.331,11
Correntina	3.587	10.593	2.942	3.198.499,43
Jaborandi	1.115	3.893	1.272	1.988.644,06
Santa Maria da Vitória	2.488	9.001	3.341	2.437.491,35
Santana	2.173	6.390	1.578	1.256.833,70
São Félix do Coribe	430	1.281	675	750.264,03
Serra Dourada	1.787	5.915	1.677	2.050.544,26
Tabocas do Brejo Velho	2.276	7.630	1.723	2.050.460,94
Total	20.317	63.473	18.414	19.975.569,00

Fonte: SAF/MDA (2015); IBGE-Censo Agropecuário (2008); Banco Central do Brasil; SIATER/MDA (2015); SRA/MDA (2015). Disponível no Caderno Territorial SDT/MDA.

Dentre as Políticas Públicas Federais destaca-se o Programa Bolsa Família, que beneficia 33.720 famílias, totalizando R\$ 6.193.951,00. Já os demais Programas como o PAA e PNAE ainda não contempla todo o território, existindo apenas cinco municípios com aquisições do PNAE e um município com o PAA. Segundo os dados do FNDE 2012, o Território até o ano de 2011 não foi atendido com o PRONATEC (Quadro 10).

Quadro10. Situação das Política Públicas: Programa Bolsa Família; Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC (2011); Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE (2012).

Municípios do TBRC	Nº de Famílias Beneficiadas Bolsa Família	PRONATEC Matrículas	PAA-CONAB	PNAE Aquisições (R\$)
Brejolândia	1.936	0	0	0
Canápolis	1.556	0	0	0
Cocos	3.161	0	0	0
Coribe	2.923	0	0	7211,00
Correntina	5.071	0	0	146.181,00
Jaborandi	1.872	0	0	0
Santa Maria da Vitória	5.760	0	0	314.164,80
Santana	4.181	0	149.500,00	89.528,00
São Félix do Coribe	1.991	0	0	51.009,58
Serra Dourada	3.173	0	0	0
Tabocas do Brejo Velho	2.096	0	0	0
Total	33.720	0	149.500,00	608.094,38

Fonte: SAF/MDA (2015); PBSM/MDA (2015); PAA Data/SAGI/MDS (2014); FNDE (2012). Disponível no Caderno Territorial SDT/MDA.

O TBRC apresenta número limitado de unidades de saúde e de médicos para atendimento da população, com número muito reduzido de leitos (412 para os 11 municípios), sendo o município de Santa Maria da Vitória o município com maior número de leitos (Quadro 11).

Quadro11. Número de Leitos Hospitalares, Médicos, Enfermeiros e Equipes de Posto de Saúde da Família – PSF dos municípios do TBRC no ano de 2015.

Municípios do TBRC	Leitos	Médicos	Enfermeiros	Equipes de PSF
Brejolândia	35	12	10	4
Canápolis	24	20	10	5
Cocos	31	18	18	7
Coribe	38	18	15	6
Correntina	35	31	22	7
Jaborandi	30	18	17	4
Santa Maria da Vitória	57	54	42	12
Santana	36	28	12	5
São Félix do Coribe	49	30	16	7
Serra Dourada	45	23	14	7
Tabocas do Brejo Velho	32	11	14	5
Total	412	263	190	69

Fonte: DataSUS/SEI (2015).

No TBRC existe Comunidades Tradicionais como as Comunidades de Fundo de Pasto (ou “Solta”), que são constituídas por áreas de uso coletivo da terra, as famílias em geral possuem algum grau de parentesco. Nestas áreas é comum criarem animais de pequeno e grande porte, tais como: caprinos, ovinos e gado. Atualmente existem duas associações de fundo de pasto nas regiões de Jacurutu e Mutum – Município de Santa Maria da Vitória (PTDS, 2010).

Conforme movimentos sociais do Território, até o momento há no TBRC uma comunidade remanescente de quilombo registrada desde o ano de 2010, a comunidade de Montevidinha, localizada no município de Santa Maria da Vitória. Vale destacar, que no TBRC, existem comunidades com características definidas de negros, até o momento não reconhecidas como as comunidades de Currais, Cafundó dos Crioulos e Água Quente, carecendo, portanto de acompanhamento por parte das Instituições Governamentais (PTDS, 2010).

No TBRC existe uma comunidade indígena localizada no Município de Cocos, onde se encontram índios Xakriabá na Aldeia de Porcos.

Entre 1980 e 1987, pesquisas arqueológicas descobriram e cadastraram várias dezenas de assentamentos indígenas distribuídos sobre o vale do São Francisco e próximo de seu tributário, o rio corrente, e aos afluentes Arrojados, Formoso, das Éguas ou Correntina, do Meio, Santo Antônio, em terras dos atuais Municípios de Correntina, Jaborandi, Santa Maria da Vitória e Santana (PTDS, 2010).

Os sítios arqueológicos pesquisados ocupam áreas de cerrado e áreas de mata, uns localizados a céu aberto e outros no interior de grutas calcárias, formando um amplo e variado material recuperado de grupos pré-ceramistas e de grupos ceramistas (PTDS, 2010).

Como resultado do processo de ocupação, a região Oeste e especificamente o Território da Bacia do Rio Corrente forjou-se numa região de estrutura fundiária concentrada, constatando-se a existência de grandes propriedades, parte com mais de 10 mil hectares de terra, contrapondo-se com pequenas propriedades, com áreas inferiores a 10 hectares. Conforme dados do IBGE 2010, os estabelecimentos rurais com até 20 hectares correspondem a 55,8%, enquanto que os estabelecimentos com mais de 50 hectares

correspondem a apenas 2,2%. Esses dados comprovam a grande concentração da terra na região e a forte presença da agricultura familiar. O Município de Coribe é a região que tem o maior número de famílias assentadas dentro do TBRC (Quadro 12) (DEA/INCRA, 2015).

Existe uma grande reivindicação dos Movimentos Sociais em relação ao processo de ocupação das terras no Território, que segundo esses movimentos ocorreu por meio de grilagem de terras, gerando conflitos entre esses movimentos e o Agronegócio.

Quadro 12.Situação Agrária nos município do TBRC.

Municípios do TBRC	Nº de Famílias Assentadas	Nº de Projetos	Área Reformada (ha)
Brejolândia	0	0	0
Canápolis	0	0	0
Cocos	0	0	0
Coribe	560	6	44.923,00
Correntina	126	1	25.943,00
Jaborandi	0	0	0
Santa Maria da Vitória	0	0	0
Santana	246	1	8.175,00
São Félix do Coribe	83	2	6.270,00
Serra Dourada	82	1	4.872,00
Tabocas do Brejo Velho	39	1	2.041,00
Total	1136	12	92.224,00

Fonte: DEA/INCRA (2015). Disponível no Caderno Territorial SDT/MDA.

O programa de desenvolvimento do Turismo - MTUR, apresentado pelo Governo Federal, implantou a reorganização do Turismo, a partir da estruturação dos destinos e produtos turísticos. Apesar dos Municípios de Correntina, Santa Maria da Vitória, São Félix do Coribe e Santana fazerem parte do Roteiro Turístico “Caminhos do Oeste”, faz-se necessário a inclusão dos demais municípios do Território nesse e outros roteiros. Nessa perspectiva é necessário desenvolver as estruturas dos destinos turísticos, com o objetivo de criar produtos e roteiros turísticos territoriais, uma vez que o TBRC é rico nos seguintes segmentos: Turismo Social; Ecoturismo; Turismo Cultural; Turismo de Esporte; Turismo de Pesca; Turismo Náutico; Turismo de Aventura, Turismo de Negócios e Eventos e Turismo Rural (PTDS, 2010).

Quanto aos órgãos gestores de cultura, o Território da Bacia do Rio Corrente possui Coordenações de Cultura vinculadas a outras secretarias dos municípios, pontos de cultura e Comitê Temático de Cultura e Artes no Colegiado Territorial.

Existem Cursos de Pós-Graduação em Artes e Ação Cultural oferecido pela UFOB. O Território conta com a assessoria de um articulador de cultura Territorial. Não há equipamentos culturais como teatros, salas de espetáculos e/ou cinemas. Apenas na cidade de Jaborandi existe um centro cultural municipal, porém sem infraestrutura adequada. No Município de Correntina existe um museu municipal (PTDS, 2010).

A região da Bacia do Rio Corrente é rica em minerais, tais como: argilas, manganês, areias, quartzo, calcário, cobre e pedras ornamentais (ardósia) abundantemente empregadas na construção civil (PTDS, 2010).

Entre as variedades do atual sistema de produção agrícola no Território, são encontrados o cultivo da cana-de-açúcar, mandioca, milho, feijão, arroz, hortifrutigranjeiros, soja, café e algodão. Igualmente, há criações de rebanhos para bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, avicultura e ovinocaprinocultura. Ainda registram-se práticas de artesanato, apicultura e extrativismo de oleaginosas.

As empresas responsáveis pela distribuição e manutenção da água no TBRC são a Empresa Baiana de Águas e Saneamento - EMBASA e a Empresa de Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE (PTDS, 2010).

O TBRC será cortado pela ferrovia Oeste-Leste que atravessará o Estado da Bahia além de receber um complexo de geração de energia solar que está em implantação no Município de Tabocas do Brejo Velho.

Entre os anos de 2003 e 2014 o TBRC foi contemplado com 17 projetos do PROINF, o que totalizou R\$ 8.508.165,45, onde no ano de 2014 houve apenas um único projeto aprovado no valor de R\$ 209.880,00 (CEF, 2015; CGMA/MDA, 2015).

Segundo os membros do CODETER da Bacia do Rio Corrente, alguns dados oficiais apresentados anteriormente em relação à Saúde, PAA, PNAE e Reforma Agrária divergem da realidade observada, apesar dos mesmos serem de fontes como IBGE, INCRA, MDA e SEI.

Quadro 13. Limites e Potencialidades do TBRC, distribuídos nas Dimensões Socioeconômicas; Dimensão sociocultural e Educacional; Dimensão ambiental; Dimensão Político-Institucional.

DIMENSÃO	LIMITES	POTENCIALIDADES
Dimensão Socioeconômica	<ul style="list-style-type: none"> • Política de acesso a crédito do Território não é suficiente para atender a demandada Agricultura Familiar. • Diminuto quadro técnico com formação continuada para emissão de Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP para enquadramento dos grupos jovens, mulheres, comunidades tradicionais, de modo que os mesmos tenham acesso a todas as modalidades de crédito. • Desarticulação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável – CMDS com a Política Territorial. • Falta de atuação dos CMDS, não realizando o papel atribuído a ele. • Falta de estruturação física, logística e de pessoal do Serviço Territorial de Apoio à Agricultura Familiar - SETAF, Serviço Municipal de Apoio à Agricultura Familiar - SEMAF e Assistência Técnica. • Poucos editais para Assistência Técnica. • Garantia de orçamento do Poder Executivo para Secretarias de Agricultura com base no Plano de Desenvolvimento Sustentável. • Falta de infraestrutura para comercialização e fiscalização sanitárias nos municípios e implantação do Sistema de Inspeção Municipal - SIM. 	<ul style="list-style-type: none"> • Atuação do Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR. • Ação do Programa Água para Todos. • Expansão dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS Rural. • Expansão do Programa de P1+2 (P1 e água para beber e +2 água para produzir), considerando a realidade local. • Ampliação do Programa de cisterna da Articulação no Semiárido Brasileiro – ASA, considerando a realidade local. • Chamadas Públicas para atendimento das demandas do território. • Programa Aquisição de Alimentos – PAA. • Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. • Produtividade da Agricultura Familiar. • Equipes Técnicas do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS (Sede x Zona Rural). • Programa Quintal Produtivo. • Abundância de Organizações não Governamentais - ONGs (OCA, RODA, ASA, CPT, ACEFARCA, MSTTR, EFA, Associações, FUNDFRAN, Corrente verde, Casa Mallero, Movimentos de Mulheres, AMOVALE, e outras), no apoio a agricultura

	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de planejamento da produção de acordo com as cadeias produtivas definida no Território. • As informações da Assistência Técnica não estão sendo colocadas no Sistema Estadual de Informação – SEI, nos municípios. • Baixa articulação das ações entre os órgãos federativos com a Política Territorial. • Ausência de política de formação, intercambio e qualificação dos Agricultores Familiares. • Falta de agentes captadores de recursos no Território. • Falta de organização do Território para Assistência Técnica. • Atendimento insuficiente para o Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais – CEFIR. • Falta de Articulação dos órgãos públicos para atender as demandas dos agricultores. • Pouca atuação dos Movimentos Sociais na organização do acesso a terra. • Enfraquecimento da luta sindical. • Os Movimentos Sociais atuam de forma desarticulada. • Grilagem de terras. • Política de acesso a crédito não condiz com a realidade. • Política de acesso e permanência na terra com infraestrutura básica, produção, assistência técnica e comercialização. • Insuficiente Regularização de terras (reservas 	<ul style="list-style-type: none"> e reforma agrária e nas políticas do campo; • Realização de Conferências como espaços de formação e informação para o Território; • Atuação dos órgãos estaduais como CAR, INEMA, CERB, SECULT, NRE, SETAF, Bahia Ater, ADAB e outros no Território; • Atuação de órgãos Federais como INCRA, CODEVASF, Bancos Públicos, FUNASA, UFOB, IF Baiano, CONAB e outros no território. • Programa Bahia Produtiva. • PROINF. • Bahia Pesca. • PRONAF e suas modalidades. • Serviços oferecidos pelo SETAF, SEMAF e ATER para atendimento aos agricultores familiares. • Assessoria do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial - NEDET • Ecoturismo. • Complexo de energia renovável (solar, biodigestores). • Agroecologia e Economia Solidária. • Pesca e aquicultura. • Cadeias produtivas do leite, Apicultura, Avicultura Extensiva, Suinocultura, Ovinocultura, Caprinocultura, Cultivo da mandioca e palma.
--	--	--

	<p>extrativistas, parque ambiental, áreas de fundos e feixe de pasto e indígena).</p> <ul style="list-style-type: none">• Pouca ação de regularização fundiária no Território.• Falta de mecanismo de controle e certificação da produção.• Falta de água potável e para produção de que? Agricultura ou criação de animais.• Falta de Assistência Técnica para jovens, mulheres, comunidades tradicionais e agricultores familiares (produção, transporte, cultura, comercialização e artesanato).• Falta de Programa de Beneficiamento e agregação de valor da Produção.• Falta de vias de acesso para o escoamento da produção.• Não há fomento para capacitação e organização de agentes jovens, mulheres, comunidades tradicionais, agricultores familiares nos temas cooperativismo, sindicalismo e associativismo.• Falta mobilização, articulação e atuação de profissionais na elaboração, acesso e execução dos Projetos de Infraestrutura - PROINF.• Trabalho escravo.• Falta promoção da Agroecologia e Economia Solidária;• Falta capacitação e qualificação dos empreendimentos da agricultura familiar para acesso ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e Programa de Aquisição de	
--	---	--

	<p>Alimentos - PAA.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta infraestrutura para que os empreendimentos da Agricultura Familiar possam processar os produtos agrícolas. • Inexistência de feiras agroecológicas. • Não ocorre a universalização da energia elétrica com capacidade para consumo e produção. 	
Dimensão Sociocultural e Educacional	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de participação dos dirigentes municipais de cultura nas discussões do Território. • Isolamento de grupos culturais. • Ausência do Poder Público municipal no financiamento da cultura. • Falta implementação do sistema municipal de cultura e Sistema de Indicadores Culturais. • Conflito de interesses nos municípios. • Pouca mobilização para capacitação continuada para submissão de projetos aos editais. • Desorganização da classe artística. • Falta de um Centro Territorial de Formação em Cultura e Arte. • Enfraquecimento das culturas tradicionais; • Falta de reconhecimento das especificidades do Território. • Dificuldade de mobilização do representante territorial de cultura no Território. • Valorização dos artistas locais. • Falta de curso (técnico, graduação e pós-graduação) que atenda a demanda do território. 	<ul style="list-style-type: none"> • Oportunidade para formação em nível técnico, graduação e pós-graduação no Território por meio da UFOB, IF Baiano e Universidade Aberta. • Oportunidade para formação técnica, através do CETEP, EFA. • Atuação do Bahia Criativa na assessoria e elaboração de projetos. • Chamadas Públicas de cultura do FCBA e SECULT. • Atuação de instituições de ensino privado para atender a demanda de formação superior UNIP, FACITE, UNOPAR e outras. • Atuação de ONG's culturais como OCA, Casa Mallero, Espaço Museal de Hermes, Associarte, Pontos de Cultura, Casa da Cultura, Bibliotecas Públicas Municipais e outras. • Projeto Despertar/FAS/ Ocas. • Editais relacionados a educação e cultura. • Atuação do TOPA. • Cursos de graduação e pós-graduação em

	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de políticas de incentivo para envolvimento dos jovens em projetos esportivos e culturais. • Gestão e controle social das Políticas Públicas. • Políticas Públicas Específicas para as mulheres. • Preconceito. • Trabalho escravo. • Exploração sexual de crianças e adolescentes. • Falta de políticas afirmativas para permanência de alunos do campo nas Universidades e Institutos Federais. • Escolas no campo contextualizadas com a realidade do campo. • Oferta de cursos de Formação Inicial Continuada (FIC) no Território. • Projetos Socioambientais e de Educação Ambiental. • Formação de técnicos para atendimento das demandas do Território; • Cursos de formação de lideranças para os jovens. • Reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombos, indígenas e Fundo e fecho de pasto. 	<p>Educação do Campo.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Oferta de atendimento de medicina alternativa.
Dimensão Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de ação e fiscalização e estruturação dos órgãos de defesa ambiental. • Falta de um Sistema Municipal de Meio Ambiente. • Falta de Implementação da Gestão Ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> • Acesso a editais. • Atuação do Comitê de Bacia Hidrográfica. • Atuação do INEMA. • Atuação da Polícia Federal. • Atuação de ONGs (Corrente Verde).

	<p>Compartilhada.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de recursos para as Brigadas de Incêndio. • Falta de acesso às Tecnologias Sociais. • Falta de gestão das águas. • Falta de autonomia do Comitê de Bacia Hidrográfica. • Falta de reconhecimento das áreas de Fundo e Fecho de Pasto, indígenas e quilombos. • Falta das discriminatórias das áreas de Fundo e Fecho de Pasto e indígenas. • Falta de demarcação das Áreas de Preservação Permanente – APPs. • Grilagem de terras e concentração fundiária. • Falta de promoção do ecoturismo. • Projetos Socioambientais e de Educação Ambiental. • Falta de aterros sanitários e tratamento dos resíduos sólidos. • Falta de esgotamento sanitário. • Falta de coleta seletiva do lixo. • Falta de tratamento de águas residuais. • Uso indiscriminado de agrotóxicos. • Degradação do solo. • Extinção de espécies nativas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Complexo de Energia Renovável (solar). • Promoção de curso de formação de Educação Ambiental. • Atuação das Comunidades Tradicionais e dos Pescadores artesanais na defesa ambiental. • Agroecologia como forma alternativa de produção. • Cooperativas de reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos. • Ecoturismo na geração de emprego e renda e conscientização ambiental. • Existência de parques ecológicos no território. • Instituições de Ensino, Pesquisa e Extensão. • Biodiversidade no território.
<p>Dimensão Político-Institucional</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de postos de trabalho. • Falta de gestão e controle social dos Programas Sociais. • Agentes de saúde insuficientes. • Políticas Públicas baseadas no número de 	<ul style="list-style-type: none"> • Chamadas Públicas para atendimento das demandas do Território. • Ação dos programas do CRAS. • Políticas Especiais de Atendimento a Mulher. • Atuação dos Programas de Saúde da

	<p>habitantes não atende a realidade.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de fiscalização e controle das Políticas Públicas. • Informações disponibilizadas pelo IBGE e SEI divergem da realidade do território. • Falta de profissionais nos Postos de Saúde da Família - PSFs e Hospitais. • Políticas Públicas de atendimento as mulheres (saúde, educação e trabalho) são insuficientes. • Falta de saneamento básico. • Falta Conselho, Delegacia e Secretaria da Mulher. • Saúde Pública (Sistema Único de saúde - SUS) precária. • Falta de água potável. • As ações de Segurança Pública não atende a demanda do território. • Aumento da violência. • Carência de atuação do Poder Judiciário e Ministério Público. • Falta de Instituições para acolhimento das vítimas da violência e de maus tratos. • Os programas de exames preventivos da saúde da mulher, não atendem a demanda. • Enfraquecimento ao longo do tempo das instituições (Igreja e movimentos sociais). • Falta de Infraestrutura (estradas, energia, saneamento, água, comunicação, transporte, saúde, educação). 	<p>Família.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Disponibilidades das politicas do SUS no território. • Atuação da Secretaria da Mulher no território. • Atuação da CERB no campo. • Presença do Programa Saúde da Mulher. • Acesso aos Programas Sociais. • Chegada do Complexo de Energia Solar no território. • Ações do Núcleo de Cidadania dos Adolescentes - NUCA. • Selo UNICEF como estimulador de Políticas Públicas para as crianças e adolescentes. • Construção da Ferrovia Oeste/Leste- FIOL. • Ampliação da Política Territorial. • Programa luz para todos. • Consórcios Públicos para criação de projetos de saúde, educação e segurança pública. • Marco Legal da Parceria Público x Privado.
--	---	---

	<ul style="list-style-type: none">• Pouca participação da mulher no poder político.• Participação de Comunidades Tradicionais no Colegiado Territorial.• Universalização do acesso à energia elétrica em todo o meio rural.	
--	---	--

CAPITULO II – MATRIZ DE OBJETIVOS, ESTRATÉGIAS E METAS

Eixo	Objetivos	Estratégias	Metas
1. Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva.	1.1 Expandir a política de acesso ao crédito.	1.1.1 Expandir o acesso ao crédito (PRONAF e Outros); 1.1.2 Articular com os agentes financeiros, ampliação do atendimento das linhas de créditos do PRONAF e outros; 1.1.3 Melhorar a infraestrutura física, logística e de pessoal do SETAF e SEMAF adequando a demanda de DAP/PRONAF; 1.1.4 Instrumentalizar as instituições emissor as de DAP's da sociedade civil organizada através de repasses financeiros do governo federal por DAP emitidas por entidades.	1.1.1.1 Ampliar o recurso financeiro do PRONAF; 1.1.2.1 Aumentar os assessores de crédito dos agentes financeiros, na proporcionalidade de 01 para 1000 DAPs ativas; 1.1.3.1 Adquirir 05 carros, 05 motos; 1.1.3.1 Admitir 11 técnicos Extensionistas Rurais; 1.1.3.2 Realizar formação continuada a cada plano safra de 02 diretores e/ou funcionários (STR), aquisição de 01 computador com acesso a internet exclusivo para emissão de DAP e 01 veículo para as pessoas habilitadas por entidade; 1.1.4.1 Aumentar em 50% a emissão de DAPs pela sociedade civil organizada.
	1.2 Estruturar e fortalecer as instâncias de Controle Social e melhorar a qualidade da prestação de serviços públicos para os Agricultores Familiares.	1.2.1 Capitar financiamento para o funcionamento das instâncias de controle social e formação continuada de agentes de controle social e Assessoria Técnica. 1.2.2 Destinar rubrica ao SEMAF.	1.2.1.1 Adquirir 05 carros e 05 motos; 1.2.1.2 Contratar 11 técnicos Agentes de Crédito; 1.2.1.3 Atender o CODETER e os 11 CMDS, com financiamento por meio de fundos próprios; 1.2.1.4 Formar no mínimo de 80% dos(as) conselheiros(as) contextualizada com cada seguimento de controle nas várias instâncias; 1.2.1.5 Criar editais de contratação de assessores dos órgãos de controle social; 1.2.2.1 Adquirir no mínimo 01 carro, 03 GPS, 05 Kits de coleta de amostra de solo, 02 motos; 1.2.2.2 Admitir 03 técnicos Extensionistas Rurais.

	<p>1.3 Promover a produção, beneficiamento, certificação, e comercialização de produtos da Agricultura Familiar de base agroecológica.</p>	<p>1.3.1 Fortalecer as organizações de base;</p> <p>1.3.2 Melhorar o acesso a Projetos, Programas e editais;</p> <p>1.3.3 Promover cursos de formação continuada nas diferentes dimensões socioeconômica, ambiental, cultural e educacional;</p> <p>1.3.4 Fornecer Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER para Agricultura familiar de base sustentável e Ampliar o acesso aos editais;</p> <p>1.3.5 Fortalecer o Associativismo e o Cooperativismo no TBRC;</p> <p>1.3.6 Criar mecanismo de fiscalização e certificação da produção da Agricultura Familiar;</p> <p>1.3.7 Criar mecanismos para comercialização dos produtos da Agricultura Familiar.</p>	<p>1.3.1.1 Organização estatutária e operacional e estruturação de 80% das associações;</p> <p>1.3.2.1 Garantir assessoria às associações e cooperativas na elaboração de projetos;</p> <p>1.3.3.1 Capacitar no mínimo 500 pessoas por ano;</p> <p>1.3.4.1 Formar 120 profissionais por ano para atendimento da Agricultura Familiar de base sustentável;</p> <p>1.3.4.2 Acessar no mínimo três editais de Assistência Técnica e Extensão Rural no território por ano;</p> <p>1.3.5.1 Criar um sistema de rede articulada entre órgãos governamentais e sociedade civil organizada;</p> <p>1.3.6.1 Implantar o Sistema de Inspeção Municipal em todos os municípios do Território;</p> <p>1.3.7.1 Criar feiras agroecológicas em todos os municípios do Território;</p> <p>1.3.7.2 Instituir os mecanismos de garantia da conformidade orgânica;</p> <p>1.3.7.3 Certificar com o Selo da Agricultura Familiar 100% das associações de trabalhadores (as) rurais que trabalham com produtos da Agricultura Familiar.</p>
--	--	---	---

	1.4 Expandir a Política de Defesa Ambiental.	<p>1.4.1 Melhorar a ação e fiscalização dos órgãos de defesa ambiental;</p> <p>1.4.2 Melhorar os mecanismos de gestão das águas no Território;</p> <p>1.4.3 Dar autonomia para o Comitê de Bacia Hidrográfica no Território;</p> <p>1.4.4 Promover a Educação Ambiental no Território;</p> <p>1.4.5 Promoção do Ecoturismo no Território;</p> <p>1.4.6 Tratamento de água, resíduos sólidos e coleta seletiva com geração de emprego e renda.</p>	<p>1.4.1.1 Fortalecer os Conselhos Municipais de Meio Ambiente em cada município do Território;</p> <p>1.4.1.2 Criar uma Brigada de Incêndio no Território;</p> <p>1.4.2.1 Destinar parte do recurso da cobrança de outorga d'água para preservação dos Recursos Hídricos no Território;</p> <p>1.4.2.2 Promover o reenquadramento da outorga do uso da água no Território;</p> <p>1.4.3.1 Articular a participação efetiva do Poder Público, Sociedade Civil, CODETER e usuários na gestão de águas;</p> <p>1.4.4.1 Realizar no mínimo três eventos com apoio de ONGs e demais instituições que trate do tema Meio Ambiente;</p> <p>1.4.5.1 Formalizar dois parques ecológicos e áreas de reserva ambiental;</p> <p>1.4.5.2 Regularizar por meio dos municípios áreas de ecoturismo no Território;</p> <p>1.4.6.1 Criar 11 aterros sanitários no Território por meio de consórcio;</p> <p>1.4.6.2 Criar 11 estações de tratamento de água residual no Território por meio de consórcio;</p> <p>1.4.6.3 Criar 11 cooperativas de coleta seletiva no Território por meio de consórcio.</p>
2. Estrutura Fundiária e Acesso a Terra	2.1 Organização das Instituições e movimentos sociais envolvidos com a questão fundiária.	<p>2.1.1 Politização das instituições e movimentos sociais envolvidos com a questão fundiária e de acesso a terra.</p> <p>.</p>	<p>2.1.1.1 Articulação entre poder público e todas as instituições e movimentos sociais envolvidos com as questões fundiárias e acesso a terra, por meio de dois Encontros Territoriais por ano, para o alinhamento de estratégias que melhorem o diálogo entre as instituições e os movimentos sociais e fortaleçam a Política Territorial.</p>

2.2 Melhorar a estrutura fundiária.	<p>2.2.1. Melhorar a infraestrutura básica para o campo;</p> <p>2.2.2 Ampliar o acesso aos programas sociais para atendimentos às demandas dos beneficiários da reforma agrária.</p>	<p>2.2.1.1 Construir três Escolas de Educação do Campo em cada município do Território;</p> <p>2.2.1.2 Construir ou reformar de 100 % das vias principais de acesso às áreas rurais;</p> <p>2.2.1.3 Implantar ou reformar unidades de Saúde da Família nos programas de assentamento com 200 famílias;</p> <p>2.2.1.4 Eletrificação de 100% das residências rurais e 50% das unidades de produção;</p> <p>2.2.1.5 Dar acesso à água potável de consumo domiciliar para 100% das famílias assentadas e acampadas, e acesso à água para produção para 50% das famílias assentadas e acampadas;</p> <p>2.2.1.6 Garantir atendimento de Agentes de Saúde e endemias nas áreas rurais;</p> <p>2.2.1.7 Construir Áreas de lazer como quadras, parques, praças, e outros em 80% das áreas rurais;</p> <p>2.2.1.8 Pavimentar e implantar sistema de esgotamento sanitário para 80% das áreas de rurais;</p> <p>2.2.1.9 Dar acesso a serviços de telecomunicação como Internet e telefones em todas áreas rurais;</p> <p>2.2.2.1 Cadastrar 100% das famílias de área de reforma agrária nos programas sociais;</p> <p>2.2.2.2 Ampliar 50% no número de CRAS rural.</p>
2.3. Democratizar a Assistência Técnica para Reforma Agrária.	<p>2.3.1 Proporcionar a atuação de equipes de Assessoria Técnica, Social e Ambiental em áreas de Reforma agrária;</p> <p>2.3.2 Executar a Política de Acesso a Crédito para Reforma Agrária;</p> <p>2.3.3 Estimular a produção, beneficiamento, certificação e comercialização de produtos Agroecológicos.</p>	<p>2.3.1.1 Estruturar 11 equipes multidisciplinares para atendimento das demandas Sociais, Ambientais e Produtivas;</p> <p>2.3.1.2 Aumentar os assessores técnicos para uma relação de 1 técnico para 100 famílias;</p> <p>2.3.1.3 Garantia de continuidade de Assistência Técnica por no mínimo 8 anos, por meio da aplicação de recursos que viabilizem esse período.</p> <p>2.3.2.1 Atendimento dos prazos e o fluxo de crédito da Reforma Agrária;</p> <p>2.3.3.1 Criar duas unidades de beneficiamento de produtos Agroecológicos por município.</p>

	2.4. Implementar Política de Acesso a Terra e de Regularização Fundiária.	<p>2.4.1 Promover a regularização, reconhecimento e titulação de áreas destinadas a comunidades tradicionais e de preservação ambiental;</p> <p>2.4.2 Executar a Política de Reforma Agrária;</p> <p>2.4.3 Promover a Educação do Campo e a cultura nas Áreas de Reforma Agrária.</p>	<p>2.4.1.1 Mapear todas as áreas destinadas a povos e comunidades tradicionais e de preservação ambiental;</p> <p>2.4.1.2 Promover o reconhecimento e regularização de todas as áreas destinadas a povos e comunidades tradicionais e de preservação ambiental;</p> <p>2.4.2.1 Atendimento dos prazos previsto no Plano Nacional de Reforma Agrária;</p> <p>2.4.3.1 Incluir os profissionais de educação em cursos de Educação do Campo por meio das instituições de ensino superior.</p> <p>2.4.3.2 Publicar editais específicos para projetos culturais nas Áreas de Reforma Agrária.</p>
3. Formação Cidadã e Organização Social	3.1 Fortalecer os movimentos de base com inclusão dos jovens, mulheres e comunidades tradicionais.	<p>3.1.1 Incluir mais jovens, mulheres e comunidades tradicionais no CODETER, CMDS e Comitês do Território;</p> <p>3.1.2 Formar lideranças para os Movimentos Sociais do Território.</p>	<p>3.1.1.1 Ampliar em 50% a representatividade do CODETER, CMDS e Comitês Temáticos;</p> <p>3.1.2.1 Realizar um seminário por município sobre Política Territorial nas escolas.</p>
	3.2 Fortalecer a produção cultural, artística e tradicional.	<p>3.2.1 Realizar eventos nos municípios e nas escolas para atendimento aos artistas locais em todos os municípios do Território;</p> <p>3.2.2 Realizar encontros para articulação de todas as classes artísticas do território;</p> <p>3.2.3 Construir Centros de Cultura e Arte no Território.</p>	<p>3.2.1.1 Realizar um evento anual sobre cultura e arte em cada município do Território;</p> <p>3.2.2.1 Realizar um encontro/zonal anual com os artistas locais;</p> <p>3.2.3.1 Construir três Centros de Cultura no Território;</p> <p>3.2.3.2 Implantar no mínimo 3 sistemas municipais de cultura, sendo um por zonal;</p> <p>3.2.3.3 Criar de um Sistema de Consórcio Municipal de Cultura.</p>
	3.3 Conscientizar a população quanto ao combate de todas as modalidades de preconceito.	3.3.1 Realizar campanha contra o preconceito racial, machismo, trabalho infantil e outras formas de discriminação no Território.	3.3.1.1 Realizar campanha contra o preconceito racial, machismo, trabalho infantil e outros em todas as escolas do Território.

	<p>3.4 Melhorar a educação no Campo.</p> <p>3.5 Melhorar a Segurança Pública no Território.</p>	<p>3.4.1 Capacitar professores para a Educação do Campo;</p> <p>3.4.2 Estruturar e fortalecer as EFAS e CETEPs.</p> <p>3.5.1 Criar de um Conselho Territorial de Segurança Pública;</p> <p>3.5.2 Incluir jovens em Projetos Sociais, culturais e esportivos.</p>	<p>3.4.1.1 Incluir 40 professores por ano em Cursos de Educação do Campo;</p> <p>3.4.2.1 Ampliar em 100% os investimentos do Estado, ONGs e editais PROINF nas EFAS e CETEPs do Território por meio de submissão de projetos a editais diversos.</p> <p>3.5.1.1 Realizar 3 audiências públicas para criação do Conselho Territorial de Segurança Pública;</p> <p>3.5.2.1 Criar três Projetos Sociais culturais e esportivos por município.</p>
	<p>4.1. Qualificar os Serviços Públicos oferecidos no Território.</p>	<p>4.1.1. Ampliar o quadro de pessoal para melhorar o acesso aos Serviços Públicos;</p> <p>4.1.2. Desenvolver programa de treinamento e a qualificação dos Agentes Públicos para atendimento ao público;</p> <p>4.1.3. Estruturar as instituições para melhoria do atendimento ao público.</p>	<p>4.1.1.1 Criar Índice de Indexação de relação habitante x servidor público, para atendimento das demandas administrativas, saúde, educação, segurança, judiciárias, Brigada de Incêndio e outros;</p> <p>4.1.1.1 Criar de no mínimo 01 delegacia, 01 Secretaria da Mulher, 01 Secretaria Territorial de Mulheres e 01 Casa de Passagem no Território;</p> <p>4.1.2.1. Qualificar e treinar 100% do quadro de pessoal dos Governos Municipal, Estadual e Federal, com curso de Relações Humanas;</p> <p>4.1.3.1. Requalificar 100% das instituições com reforma, material de consumo e permanente;</p> <p>4.1.3.2 Criar 22 postos policiais nas zonas rurais e aquisição de 20 Viaturas para o território;</p> <p>4.1.3.3 Reformar e reativar todos os postos de fiscalização nas estradas;</p> <p>4.1.3.4. Criar serviços de bombeiro em Santa Maria da Vitória e de Brigado de Incêndio em Correntina.</p>

	<p>4.2 Melhorar a infraestrutura no território.</p>	<p>4.2.1. Ampliar o acesso à energia elétrica, água e telecomunicações;</p> <p>4.2.2. Construir e reformar estradas e estações rodoviárias;</p> <p>4.2.3. Melhorar o acesso a Educação, Cultura, esporte e o lazer no Território.</p> <p>4.2.4. Melhorar o turismo, indústria e comércio;</p> <p>4.2.5. Fortalecer a Agricultura e a Pecuária;</p> <p>4.2.6. Melhorar o acesso a Saúde.</p> <p>4.2.1.1. Atender 100% das comunidades rurais com energia e água rural e 50% das comunidades com água e energia elétrica para produção;</p> <p>4.2.2.1 Construir e/ou reformar os terminais rodoviários de todos os municípios do território;</p> <p>4.2.2.2 Recuperar 100% das estradas municipais e rodovias estaduais e federais do Território;</p> <p>4.2.3.1 Reformar 100% das escolas rurais e transformação das escolas desativadas em creches.</p> <p>4.2.3.2. Adquirir materiais didáticos, de consumo e permanente para melhoria do ensino-aprendizagem;</p> <p>4.2.3.3 Adquirir materiais para estruturação de um laboratório de solo e água no CETEP;</p> <p>4.2.3.4 Financiamento das prefeituras municipais para a formação técnica profissional de jovens e adultos por meio do CETEP.</p> <p>4.2.3.5 Ampliar a oferta de Cursos Técnicos, no mínimo 03 instituições, um por zonal para atendimento das demandas;</p> <p>4.2.3.6 Ampliar cursos oferecidos pela UFOB com 03 cursos da área Agrícola e 05 licenciaturas;</p> <p>4.2.3.7 Criar Campus do IF Baiano ou IFBA no Território;</p> <p>4.2.3.8 Criar 01 Centro Territorial Poliesportivo;</p> <p>4.2.3.9 Construir, reformar e ampliar áreas de lazer nas margens dos rios e nos parques ecológicos.</p> <p>4.2.4.1 Criar Secretarias de Turismo e Cultura nos municípios;</p> <p>4.2.4.2 Criar áreas destinadas à implantação de indústrias;</p> <p>4.2.5.1. Estruturar Cooperativas agropecuárias e de crédito, a partir das cadeias produtivas locais e dos potenciais naturais da região;</p> <p>4.2.5.2. Ampliar em 50% os recursos da Agricultura e na Pecuária local;</p> <p>4.2.6.1. Criar um Hospital Regional com 50 leitos, 1 UTI neonatal e atendimento as diversas especialidades;</p> <p>4.2.6.2 Ampliar os PSF para as zonas rurais dos municípios, no mínimo 01 para 500 famílias, com melhoria da saúde preventiva e aumento das visitas domiciliares e campanhas de prevenção.</p> <p>4.2.6.3 Implantar 02 unidade do Samu no Território e aquisição de 11 ambulâncias municipais e 3 UTIs móveis;</p> <p>4.2.6.4 Ampliar o programa Brasil Soridente nos 11 municípios do território.</p> <p>4.2.6.5 Criar um Sistema de Consórcio Municipal do Território.</p> <p>4.2.6.6 Implantar 11 Centros de Especialidades Odontológicas - CEO.</p> <p>4.2.6.7 Criar de um Sistema de Informação Territorial.</p>
--	---	--

CAPITULO III - GESTÃO, ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DO PTDRSS

O acompanhamento e monitoramento do PTDRSS têm por objetivo avaliar os resultados, comparando aquilo que foi planejado com o que foi efetivamente executado, permitindo adequações e correções necessárias ao longo da vigência do Plano. Além disso, permite o fortalecimento da responsabilidade social dos sujeitos e/ou atores do território, que deverá ter como efeito concreto, uma maior apropriação desse importante instrumento de gestão social. Esse aspecto é também fundamental para que o Plano Territorial se consolide, a partir da sua legitimidade e do seu reconhecimento, como principal instrumento de gestão social dentro e fora do território.

O monitoramento é uma estratégia para orientar a concepção das estratégias e das ações e/ou projetos do Plano e contribuir para a garantia de novos recursos para financiar e/ou apoiar a efetivação do planejamento. É uma ferramenta muito importante para pautar o debate, fazer pressão e reivindicar o financiamento e/ou apoio público dessas ações. O monitoramento se relaciona diretamente com a gestão das ações e/ou projetos e consiste num exame contínuo ou periódico durante a etapa de desenvolvimento das atividades. Trata-se de elementos de planejamento complexos e imprescindíveis em um Plano que tem como objetivo principal o apoio à gestão social dos colegiados territoriais.

Entende-se o monitoramento do PTDRSS como um processo permanente e mais amplo que o mero acompanhamento da execução. Busca-se, com isso, na implantação do Plano, a identificação de eventuais lacunas na execução, contribuindo para a adoção de medidas corretivas para ajuste das atividades planejadas.

Para ter eficiência e eficácia na concretização de objetivos e metas é necessária também a construção de indicadores que devem estar voltados tanto para os processos como aos resultados e impactos a serem alcançados.

Portanto, os indicadores são parâmetros qualitativos ou quantitativos que servem para detalhar em qual medida os objetivos foram alcançados, dentro de um prazo delimitado de tempo no território. Serão os instrumentos de

acompanhamento, monitoramento e avaliação do processo de gestão, subsidiando, desta maneira, o controle social no Território.

É importante ressaltar que a Estratégia de Gestão, Acompanhamento e Monitoramento se caracteriza por dois processos simultâneos e inter-relacionados, um interno e outro externo:

O processo interno consiste, principalmente, na intensidade de responsabilidade social (capacidade de pactuação) que o Colegiado Territorial assume ao ser responsável pela gestão do PTDRSS, orientando-se no sentido da materialização dos objetivos, metas, responsáveis e resultados e também no contínuo processo de qualificação dessa Estratégia;

O processo externo consiste na competência social (assumida e desenvolvida) do Colegiado Territorial buscando a maior governança nos acordos e negociações com parceiros e atores nas diversas esferas de concertação possíveis da União, Estado e Municípios.

Trata-se de Estratégia que se tornará concreta e alcançará maior legitimidade se o Colegiado Territorial articular as condições internas para implementação de ações e iniciativas e, ao mesmo tempo, realizar as negociações externas visando à mobilização e atração de recursos (financeiros, humanos e materiais) e políticas públicas.

Para o acompanhamento e monitoramento do PTDRSS será criado um Grupo de Trabalho (GT) permanente, o qual anualmente apresentará o cronograma de atividades e as metas cumpridas e a serem alcançadas, propostas na Matriz de Objetivos, Estratégias e Metas do referido Plano. Esse GT poderá trabalhar conjuntamente com assessores externos de Instituições parceiras do Colegiado Territorial que o auxiliará na construção da Agenda Territorial Anual (constituída pelo conjunto dos Planos de Ação Territorial – PAT). As atividades de acompanhamento, monitoramento e avaliação dos PATs serão realizadas trimestralmente e da agenda semestralmente.

A Construção das Agendas de Desenvolvimento Territorial também será realizada de modo participativo, pelos representantes do Colegiado, onde será elaborada uma agenda para cada um dos eixos de desenvolvimento do PTDRSS, conforme definido na Matriz de Planejamento: Agenda de Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva;

Agenda de Estrutura Fundiária e Acesso à Terra; Agenda de Formação e Organização Social e Agenda de Infraestrutura e Serviços Públicos; Dentre outras que o Colegiado Territorial julgue necessária.

O Colegiado Territorial deverá se apropriar do PTDRSS, fazendo deste documento a base da gestão do TBRC e a ferramenta de fortalecimento da Gestão Social, buscando um Desenvolvimento Territorial Sustentável e Solidário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, **Resolução nº 100**, de 05 de Agosto de 2014. Estabelece as instâncias para acompanhamento do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PNDRSS e para orientação à elaboração dos Planos Estaduais e Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário. Publicada no DOU, Seção 1, Página 247, de 22 de dezembro de 2014.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Base Cartográfica 2006**. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br>> Acesso em: 29/09/2016.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2008**. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br>> Acesso em: 29/09/2016.

MDA - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO; SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL – SDT; ASCONTEC - Cooperativa de Profissionais em Assessoria e Consultoria Técnica. **Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável – PTDS**. 1ª Ed. 2010.

SDT - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL; MDA - MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Caderno Territorial**. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial015_Bacia%20do%20Rio%20Corrente%20-%20BA.pdf> Acesso em: 28/09/2016.

SEI - SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>> Acesso em: 28/09/2016.

SEI - SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Anuário Estatístico da Bahia 2013**. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>> Acesso em: 28/09/2016.

APÊNDICE

TABELA DE CORRELAÇÃO ENTRE OS TEMAS ESTRATÉGICOS DO PPA-P 2016-2019

Temas Estratégicos PPA-P 2016-2019	Objetivos PTDRSS
Desenvolvimento rural e agricultura familiar Pobreza, inclusão socioprodutiva e mundo do trabalho.	1.1 Expandir a política de acesso ao crédito.
Desenvolvimento rural e agricultura familiar Gestão governamental e governança socioeconômica.	1.2 Estruturar e fortalecer as instâncias de Controle Social e melhorar a qualidade da prestação de serviços públicos para os Agricultores Familiares.
Pobreza, inclusão socioprodutiva e mundo do trabalho. Desenvolvimento rural e agricultura familiar Consolidação e diversificação da matriz produtiva estadual. Inserção competitiva e integração cooperativa e econômica nacional e internacional.	1.3 Promover a produção, beneficiamento, certificação, e comercialização de produtos da Agricultura Familiar de base agroecológica.
Meio ambiente, segurança hídrica, economia verde e sustentabilidade.	1.4 Expandir a Política de Defesa Ambiental.
Gestão governamental e governança socioeconômica.	2.1 Organização das Instituições e movimentos sociais envolvidos com a questão fundiária.
Pobreza, inclusão socioprodutiva e mundo do trabalho. Desenvolvimento rural e agricultura familiar Geração, cidadania e direitos humanos.	2.2. Democratizar a estrutura fundiária.
Desenvolvimento rural e agricultura familiar.	2.3. Democratizar a Assistência Técnica para Reforma Agrária.
Pobreza, inclusão socioprodutiva e mundo do trabalho. Desenvolvimento rural e agricultura familiar Geração, cidadania e direitos humanos.	2.4. Implementar Política de Acesso a Terra e de Regularização Fundiária.
Gestão governamental e governança socioeconômica. Geração, cidadania e direitos humanos. Mulheres, gênero e diversidade. Igualdade racial e identidades.	3.1 Fortalecer os movimentos de base com inclusão dos jovens, mulheres e comunidades tradicionais.
Educação, conhecimento, cultura e esporte. Geração, cidadania e direitos humanos. Mulheres, gênero e diversidade. Igualdade racial e identidades.	3.2 Fortalecer a produção cultural, artística e tradicional.
Educação, conhecimento, cultura e esporte. Desenvolvimento rural e agricultura familiar.	3.3 Conscientizar a população quanto ao combate de todas as modalidades de preconceito.
Segurança pública cidadã.	3.4 Melhorar a educação no Campo.
Saúde e assistência social. Educação, conhecimento, cultura e esporte. Segurança pública cidadã. Infraestrutura para o desenvolvimento integrado e sustentável. Geração, cidadania e direitos humanos. Gestão governamental e governança socioeconômica.	3.5 Melhorar a Segurança Pública no Território.
Infraestrutura para o desenvolvimento integrado e sustentável.	4.1. Qualificar os Serviços Públicos oferecidos no Território.
	4.2 Melhorar a infraestrutura no território.

